



GRUPO AUTÁRQUICO | MUNICÍPIO DA BATALHA

Camara Municipal da Batalha
ISERBATALHA - Gestão de Equipamentos e
Serviços de Interesse Geral, E.M.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Contas Consolidadas | 2016

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

- 1. NOTA INTRODUTÓRIA**
- 2. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO**
- 3. CONJUNTO DE ATIVIDADES QUE ESTÃO DIRETAMENTE LIGADAS ÀS ENTIDADES CONSOLIDADAS**
- 4. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**
- 5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS**
- 6. ANÁLISE AO ENDIVIDAMENTO DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS**
- 7. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A consolidação de contas para o sector autárquico, assumiu um carácter obrigatório com a publicitação da Orientação nº1/2010 aprovada pela Portaria nº 474/2010 de 1 de julho de 2010. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece que os Municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, devem elaborar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Esta nova ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

As contas consolidadas relativas ao exercício de 2016, são a expressão do perímetro de consolidação constituído pelo **MUNICÍPIO DA BATALHA**, na qualidade de **entidade consolidante** (Entidade-mãe) e **ISERBATALHA, E.M.**, na qualidade de **entidade controlada** em virtude de pertencer ao sector empresarial local de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação.

2. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A ISERBATALHA, E.M., única entidade empresarial local detida pela autarquia, foi constituída em 29/12/1999, com o propósito de promover, em parceria com o Município, o desenvolvimento local, incumbindo-lhe assegurar as atribuições e competências delegadas pela autarquia, nos domínios da educação, cultura e tempos livres, da ação social, da proteção do ambiente e manutenção de equipamentos de utilização coletiva.

Por força da entrada em vigor da lei do setor empresarial local, designadamente Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, foi deliberado em Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, a viabilização e realinhamento da atividade da empresa municipal, impondo maior independência dos subsídios à exploração a conceder pelo Município.

No ano em análise, as *transações financeiras* ocorridas no universo do grupo consolidado, representaram o montante global de **912.598,35€**, traduzindo-se em fluxos de caixa a favor do Município no valor de **33.427,95 €** e de **879.170,40 €** a favor da ISERBATALHA.

Em 31/12, a estrutura de recursos humanos das duas entidades era constituída por **250** trabalhadores, representando a empresa municipal 40% do volume de emprego (101 trabalhadores) gerado pelo grupo autárquico em análise.

Pela análise das demonstrações financeiras consolidadas, podemos depreender que existe uma sólida situação económico-financeira do grupo autárquico composto pelo Município e ISERBATALHA, E.M., porquanto:

- As contas consolidadas não comprometem os limites legais do endividamento (dívida total e dívida de médio e longo prazo), do Município da Batalha;
- O grupo autárquico consolidado detém uma boa solvabilidade para honrar os seus compromissos;
- A situação económica da empresa controlada está equilibrada, dando garantias de continuidade;
- Os recursos humanos e meios técnicos disponíveis da empresa municipal, são os estritamente indispensáveis para a prossecução dos fins para os quais foi constituída.

3. CONJUNTO DE ATIVIDADES QUE ESTÃO DIRETAMENTE LIGADAS ÀS ENTIDADES CONSOLIDADAS

As relações recíprocas que se estabeleceram entre a Câmara Municipal e a ISERBATALHA, E.M., resultaram dos seguintes atos de delegação de competências:

- Contrato-Programa no domínio da Educação, para a realização de atividades de expressão plástica, dramática e afins, destinadas às crianças da rede pública do 1º ciclo do ensino básico, no âmbito do protocolo celebrado com o Ministério da Educação para o desenvolvimento do programa de atividades extra-curriculares;
- Contrato-Programa no domínio do Desporto, destinado à gestão e exploração das Piscinas Municipais da Batalha e do Reguengo do Fétal, Pavilhão Gimnodesportivo da Batalha, Pavilhão Gimnodesportivo da Golpilheira, complexo desportivo de futebol de ténis da Batalha;
- Contrato-Programa para a Gestão e Exploração do Museu da Comunidade concelhia da Batalha;
- Contrato de Prestação de Serviços para Transportes Escolares em complementaridade com o serviço de transportes coletivos das carreiras regulares da Rodoviária do Tejo, S.A.;
- Contrato de Prestação de Serviços de limpeza e conservação de espaços e jardins públicos e operações de limpeza e de higienização de equipamentos de utilização coletiva;
- Contrato de Prestação de Serviços de apoio logístico às iniciativas culturais promovidas pelo Município da Batalha.

4. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A empresa municipal desenvolve as suas atividades inseridas nos domínios das atribuições do Município da Batalha, no âmbito das atribuições delegadas pela autarquia nos termos do nº 2 do artigo 4º dos Estatutos, designadamente:

- ✓ Gestão das Atividades de Tempos Livres e Prolongamento de Horários das escolas do pré-escolar e ensino básico do Concelho da Batalha;
- ✓ Higiene e Limpeza de espaços e equipamentos públicos;
- ✓ Manutenção de Parques e Jardins;
- ✓ Gestão de Equipamentos desportivos e culturais (piscinas, museu municipal, pavilhão gimnodesportivo);
- ✓ Apoio logístico a eventos desportivos e culturais.

Todas as atividades elencadas, têm como objetivo exclusivo a exploração de atividades de interesse geral ou a promoção do desenvolvimento local, não contrariando as normas que presidem à constituição das empresas locais no âmbito do novo regime jurídico do setor empresarial local, respeitando o princípio geral previsto no artigo 6º da Lei nº 50/2012, de 31/08 na prossecução do interesse público e também na conveniência de uma gestão subtraída à gestão direta face à especificidade técnica e material das atividades a desenvolver.

Na realidade, a atividade da ISERBATALHA, E.M. está verdadeiramente conectada com as atribuições da entidade pública participante.

5. ANÁLISE SUCINTA DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS

O balanço consolidado adequa-se ao plano aprovado no Manual de Consolidação, espelhando a situação patrimonial do Grupo Autárquico da Batalha a 31 de dezembro de 2016.

Quadro 1 – Balanço Consolidado 2016 – 2015 (resumido)

Descrição	2016		2015		Variação 16-15
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
Imobilizado	66.767.080	94%	63.308.603	96%	5%
Existências	245.176	0%	253.107	0%	-3%
Dívidas de terceiros - curto prazo	307.675	0%	551.915	1%	-44%
Disponibilidades	3.345.168	5%	1.389.732	2%	141%
Acréscimos e diferimentos	377.894	1%	425.926	1%	-11%
ATIVO	71.042.993	100%	65.929.283	100,00%	8%
Património	56.222.653	107%	51.061.814	106%	10%
Ajustamentos em partes de capital		0%		0%	
Reservas		0%		0%	
Doações	115.000	0%	115.000	0%	0%
Regularizações		0%		0%	
Resultados	-3.741.958	-7%	-3.118.041	-6%	20%
FUNDOS PRÓPRIOS	52.595.695	100%	48.058.773	100,00%	9%
Provisões para riscos e encargos	246.160	1%	246.160	1%	0%
Dívidas a terceiros - médio longo prazo	1.344.546	7%	1.514.339	8%	-11%
Dívidas a terceiros - curto prazo	1.095.664	6%	1.112.283	6%	-1%
Acréscimos e diferimentos	15.760.928	85%	14.997.730	84%	5%
PASSIVO	18.447.298	100%	17.870.512	100,00%	3%

Da análise comparativa ao balanço consolidado, verifica-se um aumento do ativo líquido em 5.113.710,00€, consequência da integração no património municipal o edifício da Escola Básica e Secundária da Batalha e dos prédios urbanos onde funcionam as “Casas dos Portageiros” localizados na Ponte da Boutaca. Verifica-se também um aumento do passivo consolidado em 576.786,00€, por influência do aumento dos proveitos diferido, consequência do recebimento de valores relativos a projetos co-financiados e que estavam em regime de Overbooking.

Podemos afirmar que a baixa expressão do património da ISERBATALHA, E.M., não teve significativo impacto na situação patrimonial do Município, mantendo-se a sua estrutura (imobilizado, ativo, fundos próprios e passivo) praticamente inalterada.

A representatividade da empresa municipal nas demonstrações financeiras é inferior a 2%. Neste contexto, face ao Balanço do Município, realça-se uma diminuição do ativo líquido em 30.845,58€, uma diminuição dos fundos próprios na ordem dos 42.269,53€, e por último um aumento do passivo em 11.423,00€.

Quadro 2 – Indicadores do Balanço Consolidado

Indicadores			2016	2015
Indicador de imobilização dos Fundos Próprios <= 1	Fundos Próprios	52.595.695 €	0,79	0,76
	Imobilizado Líquido	66.767.080 €		
Indicador da capacidade de Endividamento >= 0,5	Fundos Próprios	52.595.695 €	0,98	0,97
	Capitais Permanentes	53.940.241 €		
Capital Circulante	Existências	245.176 €	3,56	1,97
	Dívidas de terceiros - curto prazo	307.675 €		
	Disponibilidades (Cx.+Dep.+ Tit.)	3.345.168 €		
		3.898.019 €		
Liquidez Geral	Capital Circulante	3.898.019 €	3,33	1,75
	Exigível Curto Prazo	1.095.664 €		
Liquidez Reduzida	Capital Circulante-Stocks	3.652.843 €	3,05	1,25
	Exigível Curto Prazo	1.095.664 €		
Liquidez Imediata	Disponibilidades	3.345.168 €	74%	73%
	Exigível Curto Prazo	1.095.664 €		
Autonomia Financeira	Fundos Próprios	52.595.695 €	285%	269%
	Ativo Líquido	71.042.993 €		
Solvabilidade	Fundos Próprios	52.595.695 €		
	Passivo Total	18.447.298 €		

Pela análise do quadro acima referenciado, podemos constatar que praticamente todos os indicadores apresentam variações idênticas às do balanço do Município da Batalha. Na estrutura do passivo verifica-se uma diminuição do passivo exigível e, de forma mais expressiva, o aumento do capital circulante. Ao nível do conjunto das entidades objeto de consolidação é evidente a capacidade de financiamento do ativo através de capitais próprios, sem ter que recorrer à captação de outras fontes de financiamento externas, medida pelo grau de autonomia. A liquidez reduzida e imediata (tesouraria de curto prazo), está perfeitamente equilibrada face à observação dos rácios acima representados.

À semelhança do balanço consolidado, também a demonstração de resultados consolidados do grupo apresenta uma variação idêntica na generalidade das rubricas, tendo em conta o peso do Município da Batalha enquanto entidade-mãe.

Os custos e perdas consolidados no exercício de 2016, manifestam no seu conjunto, um aumento de **343.665,42€** face à demonstração de resultados do Município da Batalha, tendência mormente influenciada pelo peso dos custos com pessoal no cômputo geral da estrutura de custos. Após a consolidação, os proveitos aumentaram **284.891,78€** face à demonstração de resultados da Autarquia, constituindo a prestação de serviços a rubrica que mais influenciou esta tendência de crescimento.

Quadro 3 – Demonstração Consolidada dos Resultados (resumido)

Descrição	2016		2015		Variação 16-15
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
Custo e perdas					
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	199.144	2%	208.758	2%	-5%
Fornecimentos e serviços externos	4.108.301	33%	4.031.900	35%	2%
Pessoal	3.725.888	30%	3.122.173	27%	19%
Transf. E subsídios correntes concedidos	738.104	6%	542.929	5%	36%
Amortizações de exercício	3.158.756	26%	3.202.150	28%	-1%
Provisões do exercício	3.487	0%	20.651	0%	-83%
Outros custos perdas operacionais	26	0%	949	0%	-97%
Custos e perdas financeiras	12.178	0%	15.540	0%	-22%
Custos e perdas extraordinárias	407.763	3%	312.069	3%	31%
TOTAL	12.353.647	100%	11.457.119	100%	8%
Proveitos e ganhos					
Vendas e prestações de serviços	493.682	4%	468.899	5%	5%
Impostos e taxas	3.671.735	31%	3.538.985	34%	4%
Proveitos suplementares	155.512	1%	145.402	1%	7%
Transferências e subsídios correntes	5.599.074	48%	4.711.799	46%	19%
Outros proveitos e ganhos operacionais	151.085	1%	6.832		
Proveitos e ganhos financeiros	543.093	5%	529.222	5%	3%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.116.442	10%	883.894	9%	26%
TOTAL	11.730.623	100%	10.285.033	100%	14%
Resultado líquido do exercício consolidado	-623.025		-1.172.084		47%

Pela análise do quadro acima referenciado, verifica-se que, os custos com os fornecimentos e serviços externos, representam o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 33% sobre os custos totais, seguem-se os custos com pessoal (30%), e os custos com as amortizações do exercício, com uma representatividade de 26%, face aos custos totais consolidados.

As transferências e subsídios obtidos continuam com uma representatividade de 48% do total dos proveitos consolidados, verificando-se esta dependência das transferências do O.E., seguindo-se os impostos e taxas municipais com 31% dos proveitos totais.

6. ANÁLISE AO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, define no artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Do referido método de cálculo, resulta que a dívida total do Município da Batalha não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de 2016, o montante de 12.679.149,00€. Valor este, também comunicado pela DGAL.

O limite legal ao endividamento da autarquia concedido para o ano de 2016 foi de 12.679.149€, pelo que, **o valor da dívida bruta consolidada atingido situou-se nos 1.678.359,53€, no Grupo Autárquico Consolidado, revelando uma margem liberta líquida de 11.000.789,47€.**

Da consolidação das contas, resulta uma dívida bruta do grupo autárquico consolidado, representado no quadro seguinte:

Quadro 4 – Mapa da dívida bruta consolidada

Conta POCAL	Designação	Grupo Endividamento (DGAL)	Total
2191	Perdas por imparidade acumuladas		628,97
221	Fornecedores – C/C	Fornecedores (Contas 221 a 228)	155.991,06
228	Fornecedores – Faturas conferência	Fornecedores (Contas 221 a 228)	127.256,21
23121	Empréstimos Bancários	Empréstimos	1.157.373,41
238	Outras operações com o pessoal		351,49
2421*	Trabalho Dependente	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	19.741,38
2422*	Trabalho Independente	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	632,40
2436	IVA – a pagar	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	16.621,55
244*	Imposto selo	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	17,54
2451*	Taxa Social única	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	12.255,98
249*	Outras Contribuições	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	16.964,19
2611	Fornecedores Imobilizado	Fornecedores Imobilizado (Contas 2611 a 2618)	93.460,04
2618	Fornecedores imobilizado – Fat. Conf.	Fornecedores Imobilizado (Contas 2611 a 2618)	15.508,35
263*	Sindicatos	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	282,39
265*	Fundo social dos Trabalhadores	Outros	1.343,74
2680262	Fundo Apoio Municipal	Outros	356.848,84
2684	Credores Transferências Autarquias Locais	Outros	31.041,25
2685*	Depósito de garantia fornec. imobilizado	Cauções	348.442,64
2686*	Outros Depósitos de garantia	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	15.319,10
2687*	Retenções a favor de terceiros	Retenções a Favor de Terceiros	6.320,25
2688	Credores Diversos – Entidades Credoras	Outros	51.491,60
2689*	Entidades Credoras Diversas	Outros	12.688,96
Dívida Total (Balanço)			2.440.581,34
Operações não orçamentais			434.008,57
Fundo de Apoio Municipal (LOE/2015 – exceção)			356.848,84
Dívida de operações orçamentais (Artigo 52º da Lei n.º 73/2013)			1.649.723,93
Contributo de outras entidades (artigo 54º da Lei n.º 73/2013)			28.635,60
Dívida Total de operações orçamentais			1.678.359,53
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL			12.679.149,00
Margem face ao limite total			11.000.789,47

* Contas de operações não orçamentais

7. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não existiram factos relevantes ocorridos após encerramento das contas consolidadas, nem diferenças de consolidação.

Batalha, 14 de junho de 2017

O Presidente da Câmara Municipal da Batalha



Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

ÍNDICE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- 1. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS**
- 2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA**
- 3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO**
- 4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO**
- 5. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS**
- 6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS**
- 7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**
- 8. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS**
- 9. INFORMAÇÕES DIVERSAS**

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:***a). Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:******- Denominação e sede:***

- **MUNICÍPIO DA BATALHA**, contribuinte fiscal nº 501 290 206, com sede no Edifício Paços do Município, Rua Infante D. Fernando – 2440 – 118 BATALHA
- **ISERBATALHA** – Gestão de Equipamentos e Serviços de Interesse Geral, E.M., contribuinte fiscal nº 504 825 461, com sede no Edifício Paços do Município, Rua Infante D. Fernando – 2440 – 118 BATALHA

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação, sendo caso disso, da detenção da totalidade do capital, de forma direta ou indireta:

O perímetro de consolidação diz respeito às entidades acima referenciadas, de acordo com artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que aprovou a o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, ao dispor que, os Municípios que detenham serviços municipalizados ou entidades do sector empresarial local, nos termos dos artigos 7º e 19º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, devem proceder à elaboração de contas consolidadas.

O perímetro de consolidação que abrange o Grupo Municipal Consolidado é constituído pelo **MUNICÍPIO DA BATALHA**, na qualidade de **entidade consolidante** (Entidade-mãe) e **ISERBATALHA, E.E.M.**, na qualidade de **entidade controlada** em virtude de o Município exercer influência dominante e pertencer ao sector empresarial local.

- Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias:

Quadro 1 – Município da Batalha

Categorias Profissionais	Número de Trabalhadores
Dirigentes	4
Técnicos Superiores	24
Assistentes Técnicos	37
Assistentes Operacionais	79
Informáticos	1
Outros	4
TOTAL	149

Quadro 2 - Iserbatalha, E.M.

Categorias Profissionais	Número de Trabalhadores
Contabilista Certificado	1
Administrativos	5
Encarregado Geral	2
Conservadora de Museu	1
Psicólogo	1
Animador Cultural	1
Técnico Auxiliar de Serviço Social (Animadores Infância)	20
Ajudantes de Ocupação	17
Motorista	4
Eletricista	1
Jardineiro	4
Canalizador	1
Trabalhadores Auxiliares	34
Técnicos de Natação (professores)	7
Nadador Salvador	2
TOTAL	101

b). Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

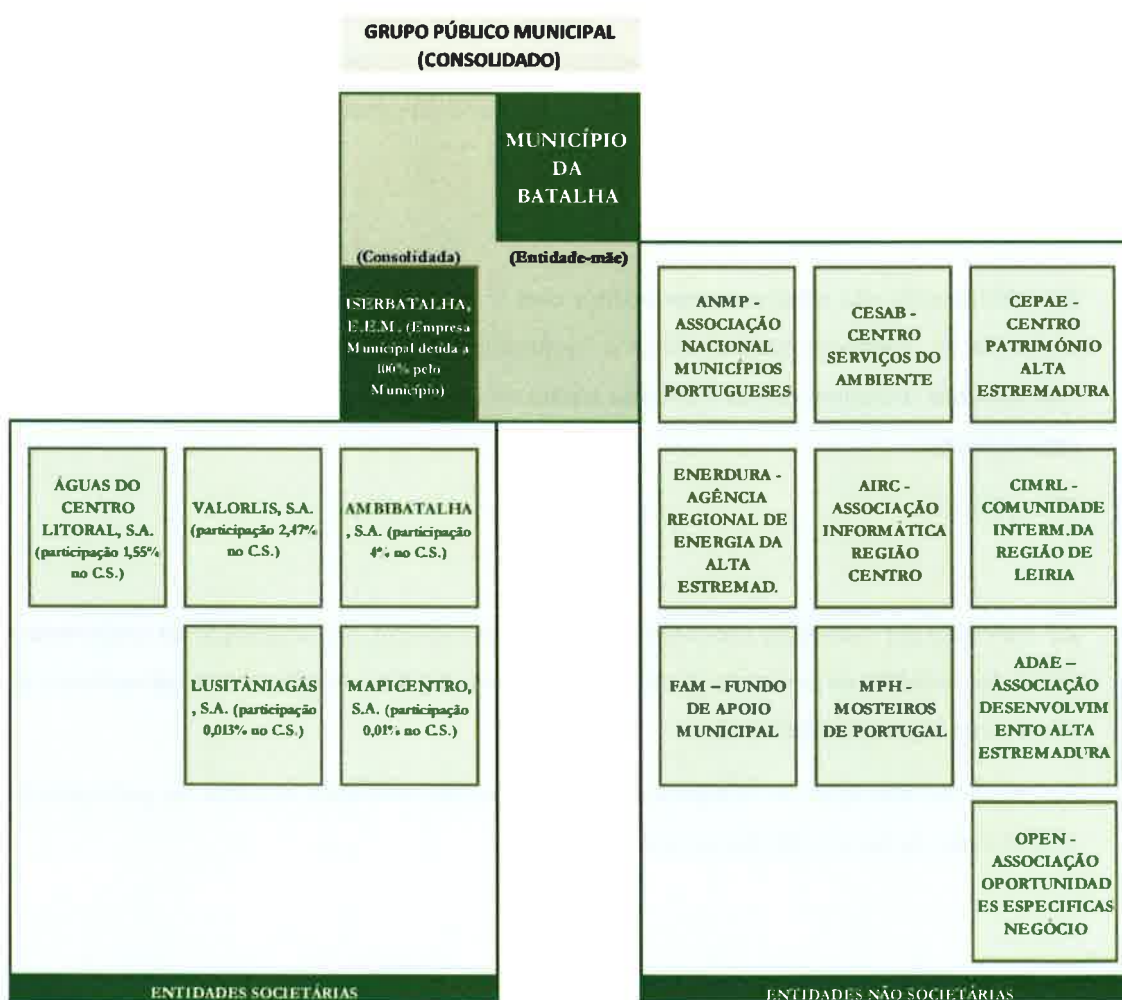
- Denominação, sede e motivos da sua exclusão do perímetro de consolidação com indicação da proporção do capital detido, direta ou indiretamente:

Ao abrigo da lei, estão fora do perímetro de consolidação as entidades participadas parcialmente pelo Município da Batalha, societárias e não societárias, conforme o demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 3 – Entidades Participadas pelo Município, excluídas do perímetro de consolidação

Designação	Sede	Número Contribuinte	Contribuição Participação	% Participação	Observações
Participações em Entidades Não Societárias					
FAM – Fundo de Apoio Municipal	Lisboa	513319182	499.588,84		Entidade não societária
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	501627413	4.781	Entidade não societária
CESAB - Centro Serviços do Ambiente	Mealhada	502883308	22.500	Entidade não societária
CEPAE - Centro Património da Estremadura	Batalha	503874825	300	Entidade não societária
ADAE - Associação Desenvolvimento Alta Estremadura	Leiria	503725099	3.000	Entidade não societária
CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Leiria	508035546	10.000	Entidade não societária
AIRC - Associação Informática da Região Centro	Coimbra	501378669	-	Entidade não societária
MPH – Mosteiros de Portugal	Tomar	509481612	-	Entidade não societária
Enerdura - Agência Regional Energia da Alta Estremadura	Leiria	505074737	998	Entidade não societária
OPEN - Associação Oportunidades Específicas Negócio	Marinha Grande	506125890	1.000	Entidade não societária
Participações em Entidades Societárias					
Lusitaniagás - Companhia Gás do Centro	Aveiro	502761024	2.640	0,013%	Entidade societária
Mapicentro - Soc. Abate Com.Transf.Carn.Subprodutos	Leiria	501638938	230	0,01%	Entidade societária
Águas do Centro Litoral, S.A.	Leiria	504864688	77.775	1,55%	Entidade societária
Valoris - Valorização Trat.Resíduos Sólidos	Leiria	503811866	49.400	2,47%	Entidade societária
Ambibatalha, S.A.	Abrantes	506867781	10.000	4,00%	Entidade societária

De acordo com o Manual de Consolidação, apresenta-se o Grupo Autárquico Municipal da Batalha.



2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

2.1 Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação:

Não aplicável.

2.2 Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados:

Não aplicável.

2.3 Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa:

Não existiram alterações na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, no decurso do exercício em análise.

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

3.1 Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas:



De acordo com o quadro seguinte, ocorreram movimentos extra-contabilísticos nas contas de balanço, tendo em vista a eliminação dos investimentos financeiros, assim como as operações recíprocas, a saber:

- Eliminação do investimento financeiro, designadamente a participação do Município na ISERBATALHA, E.M. (cfr. lançamento nº 1);
- Eliminação das operações que resultaram da contabilização do valor referente ao 4º trimestre de 2016, dos contratos-programa no domínio da educação, Infra-estruturas desportivas e Museu, (cfr. Lançamento nº 2);
- Eliminação das operações resultantes da contabilização dos contratos de prestação de serviços e acordos de cooperação com a DREC (cfr. lançamento n.º 3);
- Eliminação das operações que resultaram da contabilização de um acerto referente à subvenção financeira, (cfr. lançamento n.º 4);
- Eliminação das operações resultantes de comparticipações familiares (refeições escolares) em dívida ao Município a 31/12 (cfr. lançamento nº 5);
- Eliminação de operação de empréstimo concedido pela empresa mãe que havia sido relevado contabilisticamente pela empresa municipal em prestações suplementares (cfr. lançamento nº 6).

Quadro 4 - Movimentações extra-contabilísticas, de Balanço

n.º Lanç.º	CMB				Iserbatalha		Valor
	Código Contas				Código Contas		
	Débito		Crédito		Débito	Crédito	
1	51	Património	412101	Obrigações e Títulos de Partic.			49.879,79
2	2739	Acréscimo Custos				271 Acrésc. Proveitos	140.250,00
3	2737	Acréscimo Custos				271 Acréscimo Prov.	30.903,79
4	2739	Acréscimo Custos				268 O. devedores	1.295,54
5			2719	Acréscimo Proveitos	2682	Outros Devedores	95.940,88
6			28	Empréstimos Concedidos	53	Prestações Suplem.	17.457,93



De acordo com o quadro seguinte, ocorreram movimentos extra-contabilísticos nas contas de demonstração de resultados, tendo em vista a eliminação de operações recíprocas, a saber:

- Eliminação de todos os valores transacionados entre a empresa mãe e a empresa consolidada, respeitantes aos contratos de prestação de serviços celebrados no âmbito da delegação de competências para a prestação de serviços de interesse público (cfr. lançamentos nº 1);
- Eliminação das operações contabilísticas que resultaram dos contratos-programa celebrados no âmbito da delegação de competências no domínio da Educação, Desporto e Museu, no âmbito da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto (cfr. lançamentos nº s 2, 3 e 4)

Quadro 5 - Movimentações extra-contabilísticas, de Demonstração de Resultados

nº Lanço	CMB		Iserbatalha		Valor
	Código Contas		Código Contas		
	Débito	Crédito	Débito	Crédito	
1		62101 Subcontratos _ Empresa Munic	72112 Prest. Serviços		327.335,52
2		6320305 Subsídios Concedidos	7513 Subsídios à Exploração		425.000,00
3		6320305 Subsídios Concedidos	7512 Subsídios à Exploração		45.000,00
4		6320305 Subsídios Concedidos	7512 Subsídios à Exploração		91.000,00

3.2 Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior:

Não se verificaram diferenças de consolidação.

3.3 Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não se verificaram casos excecionais que pusessem em causa o princípio da consistência na consolidação do património.

3.4 Situação em que foram derogados os métodos de eliminação das operações recíprocas. Se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi materialmente relevante:

Não existiram situações materialmente relevantes que tivessem reflexos no património, designadamente em operações nos ativos variáveis que resultassem em custos desproporcionados e que conduzissem à necessidade de derogar as regras de consolidação.

3.5 Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado:

Não existiram factos relevantes a mencionar relacionados com o património e situação financeira.

3.6 Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não existiram alterações significativas no decurso do exercício na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

3.7 Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram:

Não existiram ajustamentos excepcionais ao valor dos ativos do Grupo Consolidado, para efeitos fiscais.

3.8 Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial:

Para contabilização das operações extra-contabilística inerentes à participação financeira na empresa municipal, utilizou-se o método da consolidação integral, em que consistiu na integração no balanço e na demonstração dos resultados da entidade consolidante (Município da Batalha) dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados da Iserbatalha, E.M. Como a participação financeira é de 100% não há lugar ao reconhecimento de direitos de terceiros (interesses que não controlam).

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

4.1 Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo, desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Quadro 6 - Endividamento consolidado de médio e longo prazos

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos			Eliminação de créditos / Dívidas recíprocas	Grupo Público Consolidado
	Município da Batalha	Iserbatalha, E.E.M.	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
23 - Dívidas M/L pr a Inst. Crédito :					
Emp. 59034344632 / CCAMB	64.231,99		64.231,99		64.231,99
Emp. 56020441977 / CCAMB	13.786,73		13.786,73		13.786,73
Emp. 56043473672 / CCAMB	286.603,55		286.603,55		286.603,55
Emp. 97/000917/8 / BBVA	694.444,42		694.444,42		694.444,42
2680262 – Credores Adm. Públicas – FAM	285.478,84		285.478,84		285.478,84
Sub-total	1.344.545,53		1.344.545,53		1.344.545,53
TOTAL	1.344.545,53		1.344.545,53		1.344.545,53

4.2 Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial:

Junto se anexa relação da dívida consolidada existente a 31/12/2016 (cfr. Anexo I), cujo vencimento ocorrerá no prazo máximo de 4 anos.

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros, desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

Quadro 7 – Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Tipo de Fluxos	MUNICÍPIO DA BATALHA & ISEBATALHA, E.E.M.									
	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios	141.313,03	560.999,96		556.862,75	145.450,24					
Empréstimos						17.500,00				17.500,00
Relações Comerciais	46.615,22	392.999,76		322.307,65	117.307,33	12.912,91	116.455,92		33.427,95	95.940,88
Partic... do capital em numerário										
Partic. do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	187.928,25	953.999,72		879.170,40	262.757,57	30.412,91	116.455,92		33.427,95	113.440,88

6. Informações relativas a compromissos:

6.1 Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros:

O montante global dos compromissos financeiros para exercícios futuros e que não figuram no balanço consolidado consta do ANEXO II, cuja desagregação foi feita por classificação económica da despesa.

Na lista, poder-se-á constatar que os compromissos futuros ascendem a 9.210.586,68€. Este montante diz respeito a requisições externas (compromissos assumidos perante terceiros), contabilizadas durante o exercício de 2016 e que transitaram para exercício seguinte (refletidos em contas da classe zero – 027 e 051). Estes valores traduzem as obrigações para exercícios futuros, apesar de não se terem materializado em dívida efetiva.

6.2 Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

As responsabilidades por garantias prestadas pelo Município da Batalha, constam no ANEXO III.

7. Informações relativas a políticas contabilísticas:

7.1 Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas, e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões:

Os principais critérios Valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram os seguintes:

1. As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo histórico de aquisição;
2. As amortizações do Município foram calculadas sobre os custos de aquisição / avaliação pelo método das quotas constantes de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. De conformidade com o Artº.34º da Portaria nº 671/2000, IIª Série (CIBE), os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente;
3. As amortizações da ISERBATALHA foram calculadas com base nas taxas constantes no Decreto-Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro;

4. Os Investimentos Financeiros do Município estão valorizados de acordo com os critérios valorimétricos previstos no ponto 4 do POCAL;
5. As Existências encontram-se registadas ao custo de aquisição;
6. As Dívidas a receber de terceiros estão refletidas pelo seu valor nominal.
7. As Disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respetivamente.
8. Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos, as despesas e receitas são contabilizadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas;
9. As Transferências de Capital/Subsídios recebidos destinados ao investimento, foram contabilizados como proveitos diferidos e transferidos para Resultados do Exercício numa base sistemática pelo correspondente valor de amortização dos investimentos a que respeitam.

7.2 Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente:

Não aplicável.

8. Informações relativas a determinadas rubricas:

8.1 Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»:

Não aplicável, no exercício em análise.



8.2 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões:

Para análise dos movimentos ocorridos no Ativo Imobilizado Consolidado junta-se ANEXO IV e das amortizações / provisões consolidadas ANEXO V.

8.3 Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:

Não aplicável, no exercício em análise.

8.4 Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:

Não aplicável, no exercício em análise.

8.5 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado.

Quadro 8 – Ativos Circulantes do Grupo Autárquico Consolidado

Descrição do Ativo	Entidade devedora	Valor em 1 Jan.		Valor em 31 Dez.	
		Juros Vencidos	Valor mercado	Valor nominal	Valor mercado
A curto prazo					
Participações CAIXAGEST (2055 Unidades de participação)	CGD		20.807,64	15.108,02	20.905,27
A médio e longo prazos					
	Total		20.807,64	15.108,02	20.905,27



8.6 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:

As participações aplicadas no produto financeiro Caixagest Tesouraria (constituído fundamentalmente por obrigações), entendeu-se o seu valor nominal como o valor de aquisição (inscrito no balanço). Não foram considerados juros uma vez que só no ato de resgate das unidades de participação serão contabilizadas as mais-valias da operação.

8.7 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor:

Não aplicável, no exercício em análise.

8.8 Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza e forma:

Não aplicável, no exercício em análise.

8.9 Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas:

Não aplicável, no exercício em análise.

8.10 Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:



Quadro 9 – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços

Vendas e Prestações de Serviços		CMB		ISERBTL		Eliminação Operações Internas	TOTAL da DR Consolidado
Ct.	Categorias	Vendas	Prest. Serviços	Vendas	Prest. Serviços		
7111	Vendas Mercadorias _ Livros	263,23					263,23
7111	Vendas Mercadorias _ Piscinas Reg.Fétal			9.494,52			9.494,52
71114	Vendas Mercadorias _ Pia Urso			413,55			413,55
71115	Vendas Mercadorias _ Museu			841,99			841,99
Sub-Total		263,23		10.750,06			11.013,29
71202070201	Prest. Serviços - Aluguer Espaços e Equip.		1.707,30				1.707,30
71202070208	Prest. Serviços - Sociais, Recreat., Desporto		116.168,67				116.168,67
71202070209	Prest. Serviços - Especif. Autarquias		97.909,16				97.909,16
7151070209	Reembolsos – Serviços específicos Autarquia		-5.550,60				-5.550,60
72111	Prest. Serviços - Matrículas e Mensal. ATL				128.811,74		128.811,74
72112	Prest. Serviços - Outros Serv. CMB				327.335,52	-327.335,52	
72113	Prest. Serviços – Outros Serviços				1.569,73		1.569,73
72116	Prest. Serviços – Piscinas Municipais				132.654,02		132.654,02
72117	Prest. Serviços – Museu Municipal				9.398,47		9.398,47
Sub-Total			210.234,53		599.769,48	-327.335,52	482.668,49
TOTAL		263,23	210.234,53	10.750,06	599.769,48	-327.335,52	493.681,78

8.11 Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não aplicável, no exercício em análise.

8.12 Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:

Não aplicável.

8.13 Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:

O Conselho de Administração da ISERBATALHA não auferiu qualquer remuneração, após tomada de posse que ocorreu em 22/10/2013.

Com exceção do Presidente do Conselho de Administração, os restantes membros do respetivo órgão e da assembleia geral, têm direito a senhas de presença pela participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias, com base nos valores previstos para os membros representantes dos órgãos da administração local.

O Presidente do Conselho de Administração, não pode acumular remunerações com as auferidas no Município da Batalha, na qualidade de vereador em regime de permanência.

**Quadro 10 – Relação das Remunerações atribuídas aos membros
dos órgãos executivos e do conselho de administração da empresa municipal**

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade
Município da Batalha - Órgão Executivo			
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos	Presidente**	33.347,26	01/01/2016-31/12/2016
Carlos Alberto de Oliveira Henriques	Vice-Presidente**	28.976,15	01/01/2016-31/12/2016
Cíntia Manuela da Silva	Vereadora Regime Permanência**	26.170,66	01/01/2016-31/12/2016
Carlos Agostinho Costa Monteiro	Vereadora Regime Permanência**	24.523,11	01/01/2016-31/12/2016
André da Costa Loureiro	Vereador em Regime de Meio Tempo**	16.443,90	01/01/2016-31/12/2016
Carlos Emanuel Oliveira Repolho	Vereador	0,00	01/01/2016-31/12/2016
Nuno Ricardo Silva Barraca	Vereador	0,00	01/01/2016-31/12/2016
LCA - Leal, Carneira & Associados	ROC*	9.480,00	01/01/2016-31/12/2016
Sub-total		138.941,08	
Iserbatalha, E.E.M. - Conselho de Administração			
Carlos Agostinho Costa Monteiro	Presidente	0,00	01/01/2016-31/12/2016
Cecília Maria de Oliveira Gomes	Vogal	0,00	01/01/2016-31/12/2016
Vanda Patrícia Fino Carneira	Vogal	0,00	01/01/2016-31/12/2016
Alberto Soares & Associados, SROC	ROC*	5.100,00	01/01/2016-31/12/2016
Sub-total		5.100,00	
TOTAL		144.041,08	

* ROC's - Valor líquido de IVA

** A Remuneração considerada neste mapa corresponde à Remuneração base e todas as remunerações acessórias, assim como despesas de representação previstas na Lei, excluindo-se as prestações sociais e o descontos obrigatórios, abonadas pelo organismo ou serviço a cada um dos responsáveis (conforme Resolução nº 1/92 - D.R. nº 204 de 04/09/1992).

8.14 Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:

Não aplicável, no exercício em análise.

8.15 Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:

Não aplicável, no exercício em análise.

8.16 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Nas contas do Balanço e da Demonstração de Resultados não existem conteúdos que não sejam comparáveis com os do exercício anterior.





8.17 Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Quadro 11 – Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Código das contas	Designação	Valor	
		2016	2015
	Custos e Perdas		
681	Juros suportados	9.596,26	13.639,79
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	2.581,96	1.900,05
		12.178,22	15.539,84
	Proveitos e Ganhos		
781	Juros obtidos	178,69	6.030,09
782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
783	Rendimentos de imóveis	514.086,28	511.242,72
784	Rendimentos de participações de capital	28.828,05	11.948,92
785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		543.093,02	529.221,73
	Resultado Financeiro	530.914,80	513.681,89

8.18 Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Quadro 12 – Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

Código das contas	Designação	Valor	
		2016	2015
	Custos e Perdas		
691	Transferências de capital concedidas	172.812,83	289.742,44
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00
693	Perdas em existências	2.544,31	1.080,88
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00
695	Multas e Penalidades	10,67	0,00
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	213.202,06	3.663,59
698	Outros custos e perdas extraordinárias	19.193,55	17.581,55
		407.763,42	312.068,46
	Proveitos e Ganhos		
791	Restituições de impostos	0,00	0,00
792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
793	Ganhos em existências	0,00	18.948,72
794	Ganhos em imobilizações	163.395,00	166.547,50
795	Benefícios de penalidades contratuais	6.212,50	9.841,14
796	Reduções de amortizações e de provisões	420,49	653,29
797	Correções relativas a exercícios anteriores	194.721,79	5.548,93
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	751.690,88	682.355,44
		1.116.440,66	883.895,02
	Resultados Extraordinários	708.677,24	571.826,56



8.19 Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício:

Quadro 13 – Desdobramento das contas provisões/ajustamentos acumulados

Código Contas	Designação	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	87.619,92	3.487,27	420,49	90.686,70
292	Provisões para Riscos e Encargos	246.160,14	0,00	0,00	246.160,14
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		333.780,06	3.487,27	420,49	336.846,84

8.20 Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos:

Não aplicável, no exercício em análise não existem bens em regime de locação financeira.

8.21 Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:

Não aplicável. Todas as dívidas estão evidenciadas no Balanço Consolidado. No anexo VI foram arroladas todas as dívidas a terceiros do grupo autárquico consolidado.

9. Informações diversas:

9.1. Outras informações exigidas por diplomas legais:

O documento em análise obedece ao regime legal aplicável para a consolidação de contas, constante na Orientação nº 1/2010, da Portaria nº 474/2010 e ao Manual de Consolidação aprovado em reunião do Executivo de 04/04/2011.

9.2. Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Todas as informações prestadas no presente anexo, são consideradas suficientes para refletir a veracidade dos factos contabilísticos ocorridos no exercício económico em análise, e ter uma perceção completa da situação económico-financeira do grupo consolidado.

Batalha, 14 de junho de 2017

